Responsabilização

Certificação permite avaliar e monitorar operações florestais

Rubens Cristiano Garlipp *

W.P.LIMA/USP ESALQ

Área florestal em processo de certificação, com base em princípios e critérios consensuais, SP

A certificação florestal está presente na agenda internacional e vem se tornando um importante mecanismo no comércio de produtos florestais. Cada vez mais compradores, de diversas partes do mundo, exigem a comprovação de que a matéria-prima provenha de fontes sustentáveis, passando a considerar a certificação do manejo e dos produtos da floresta como pré-requisito para a realização de negócios. São várias as razões que deram origem a esse mecanismo. Nos anos 80, a intensidade de desmatamento nas regiões tropicais fez crescer, na visão da sociedade, a importância das florestas como provedoras de serviços ambientais, além da tradicional importância econômica na produção de madeira. Acordos internacionais e medidas domésticas estabelecendo compromissos e prazos para que a produção e todas as exportações de madeiras tropicais fossem oriundas de florestas manejadas de formas sustentáveis infelizmente não surtiram os efeitos esperados.

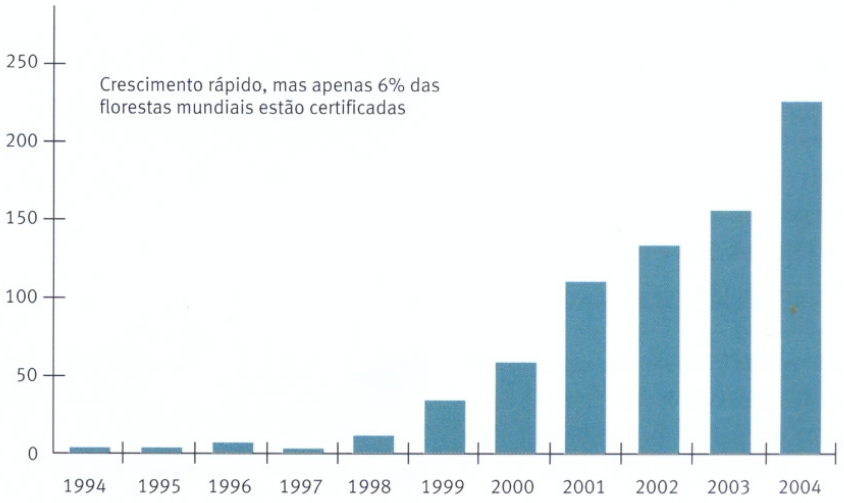
Frustrados com a falta de progresso no controle do desmatamento, grupos de países industrializados – Alemanha, Holanda, Áustria e Reino Unido – optaram pela adoção de barreiras, campanhas e boicotes, levando os consumidores a acreditar que iriam contribuir para salvar as florestas tropicais da destruição – muito embora menos de 10% do comércio internacional fosse de madeira tropical. Tais restrições, dúbias, injustas e discriminatórias, transgrediram as disposições da Organização Mundial do Comércio (OMC), penalizando todos os fornecedores e não diferenciando fontes sustentáveis e não-sustentáveis.

Nos anos 90, as convenções emanadas da Rio 92 (Agenda 21, Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas) e os "Princípios sobre Florestas" determinaram que todos os tipos de florestas deveriam ser manejadas de modo sustentável. A partir de então, foram formatados os processos inter-governamentais (de Montreal, de Helsinki, de Tarapoto e outros), cada qual estabelecendo seus conceitos, critérios e indicadores (C, I) de manejo florestal sustentável (MFS) aplicáveis em níveis regionais e nacionais. Ao mesmo tempo, a globalização da economia e das comunicações, a busca por melhor qualidade de vida e o fortalecimento das organizações não-governamentais e das associações de consumidores nos países desenvolvidos transformaram as demandas por padrões ambientais legais em demandas de mercado, como as especificações de produtos, selos ecológicos, certificação da gestão ambiental e certificação florestal.

Assim, a proteção das florestas assumiu caráter estratégico no cenário competitivo em que se inserem as empresas e os países de base florestal.

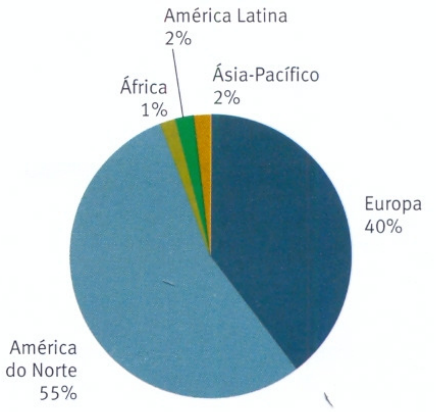
Se normas internacionais são aceitáveis para a ampla gama de produtos e processos, no caso do manejo florestal isso não é tão simples. Existe maior dificuldade na obtenção de informações definitivas no setor florestal e, além disso, a produção florestal caracteriza-se por resultar do comportamento interativo dos recursos naturais – que dependem de funções biológicas, fatores abióticos,

FIGURA 1 | EVOLUÇÃO DAS FLORESTAS CERTIFICADAS NO MUNDO (10^6 ha)



Fonte: Simula (2005)

FIGURA 2 | DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS FLORESTAS CERTIFICADAS



Participação dos países em desenvolvimento < 10%

Fonte: Simula (2005)

A certificação florestal está presente na agenda internacional e vem se tornando um importante mecanismo no comércio de produtos florestais. Cada vez mais compradores, de diversas partes do mundo, exigem a comprovação de que a matéria-prima provenha de fontes sustentáveis, passando a considerar a certificação do manejo e dos produtos da floresta como pré-requisito para a realização de negócios. São várias as razões que deram origem a esse mecanismo. Nos anos 80, a intensidade de desmatamento nas regiões tropicais fez crescer, na visão da sociedade, a importância das florestas como provedoras de serviços ambientais, além da tradicional importância econômica na produção de madeira. Acordos internacionais e medidas domésticas estabelecendo compromissos e prazos para que a produção e todas as exportações de madeiras tropicais fossem oriundas de florestas manejadas de formas sustentáveis infelizmente não surtiram os efeitos esperados.

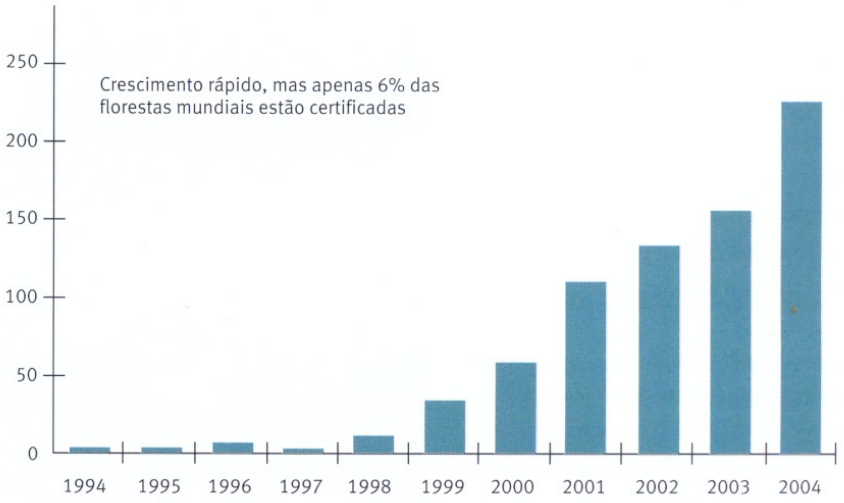
Frustrados com a falta de progresso no controle do desmatamento, grupos de países industrializados – Alemanha, Holanda, Áustria e Reino Unido – optaram pela adoção de barreiras, campanhas e boicotes, levando os consumidores a acreditar que iriam contribuir para salvar as florestas tropicais da destruição – muito embora menos de 10% do comércio internacional fosse de madeira tropical. Tais restrições, dúbias, injustas e discriminatórias, transgrediram as disposições da Organização Mundial do Comércio (OMC), penalizando todos os fornecedores e não diferenciando fontes sustentáveis e não-sustentáveis.

Nos anos 90, as convenções emanadas da Rio 92 (Agenda 21, Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas) e os "Princípios sobre Florestas" determinaram que todos os tipos de florestas deveriam ser manejadas de modo sustentável. A partir de então, foram formatados os processos inter-governamentais (de Montreal, de Helsinki, de Tarapoto e outros), cada qual estabelecendo seus conceitos, critérios e indicadores (C, I) de manejo florestal sustentável (MFS) aplicáveis em níveis regionais e nacionais. Ao mesmo tempo, a globalização da economia e das comunicações, a busca por melhor qualidade de vida e o fortalecimento das organizações não-governamentais e das associações de consumidores nos países desenvolvidos transformaram as demandas por padrões ambientais legais em demandas de mercado, como as especificações de produtos, selos ecológicos, certificação da gestão ambiental e certificação florestal.

Assim, a proteção das florestas assumiu caráter estratégico no cenário competitivo em que se inserem as empresas e os países de base florestal.

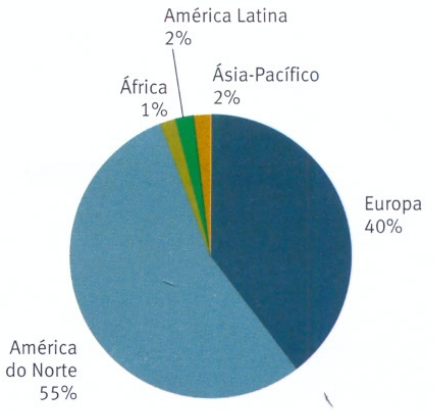
Se normas internacionais são aceitáveis para a ampla gama de produtos e processos, no caso do manejo florestal isso não é tão simples. Existe maior dificuldade na obtenção de informações definitivas no setor florestal e, além disso, a produção florestal caracteriza-se por resultar do comportamento interativo dos recursos naturais – que dependem de funções biológicas, fatores abióticos,

FIGURA 1 | EVOLUÇÃO DAS FLORESTAS CERTIFICADAS NO MUNDO (10^6 ha)



Fonte: Simula (2005)

FIGURA 2 | DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS FLORESTAS CERTIFICADAS



Participação dos países em desenvolvimento < 10%

Fonte: Simula (2005)

A certificação florestal está presente na agenda internacional e vem se tornando um importante mecanismo no comércio de produtos florestais. Cada vez mais compradores, de diversas partes do mundo, exigem a comprovação de que a matéria-prima provenha de fontes sustentáveis, passando a considerar a certificação do manejo e dos produtos da floresta como pré-requisito para a realização de negócios. São várias as razões que deram origem a esse mecanismo. Nos anos 80, a intensidade de desmatamento nas regiões tropicais fez crescer, na visão da sociedade, a importância das florestas como provedoras de serviços ambientais, além da tradicional importância econômica na produção de madeira. Acordos internacionais e medidas domésticas estabelecendo compromissos e prazos para que a produção e todas as exportações de madeiras tropicais fossem oriundas de florestas manejadas de formas sustentáveis infelizmente não surtiram os efeitos esperados.

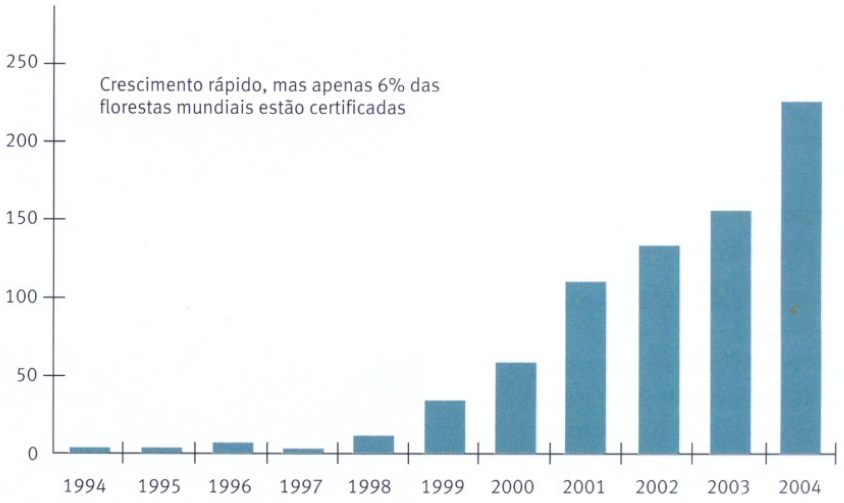
Frustrados com a falta de progresso no controle do desmatamento, grupos de países industrializados – Alemanha, Holanda, Áustria e Reino Unido – optaram pela adoção de barreiras, campanhas e boicotes, levando os consumidores a acreditar que iriam contribuir para salvar as florestas tropicais da destruição – muito embora menos de 10% do comércio internacional fosse de madeira tropical. Tais restrições, dúbias, injustas e discriminatórias, transgrediram as disposições da Organização Mundial do Comércio (OMC), penalizando todos os fornecedores e não diferenciando fontes sustentáveis e não-sustentáveis.

Nos anos 90, as convenções emanadas da Rio 92 (Agenda 21, Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas) e os "Princípios sobre Florestas" determinaram que todos os tipos de florestas deveriam ser manejadas de modo sustentável. A partir de então, foram formatados os processos inter-governamentais (de Montreal, de Helsinki, de Tarapoto e outros), cada qual estabelecendo seus conceitos, critérios e indicadores (C, I) de manejo florestal sustentável (MFS) aplicáveis em níveis regionais e nacionais. Ao mesmo tempo, a globalização da economia e das comunicações, a busca por melhor qualidade de vida e o fortalecimento das organizações não-governamentais e das associações de consumidores nos países desenvolvidos transformaram as demandas por padrões ambientais legais em demandas de mercado, como as especificações de produtos, selos ecológicos, certificação da gestão ambiental e certificação florestal.

Assim, a proteção das florestas assumiu caráter estratégico no cenário competitivo em que se inserem as empresas e os países de base florestal.

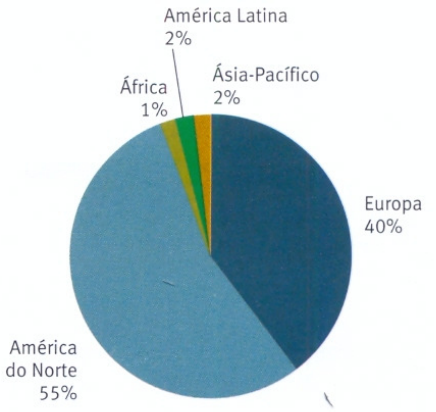
Se normas internacionais são aceitáveis para a ampla gama de produtos e processos, no caso do manejo florestal isso não é tão simples. Existe maior dificuldade na obtenção de informações definitivas no setor florestal e, além disso, a produção florestal caracteriza-se por resultar do comportamento interativo dos recursos naturais – que dependem de funções biológicas, fatores abióticos,

FIGURA 1 | EVOLUÇÃO DAS FLORESTAS CERTIFICADAS NO MUNDO (10^6 ha)



Fonte: Simula (2005)

FIGURA 2 | DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS FLORESTAS CERTIFICADAS



Participação dos países em desenvolvimento < 10%

Fonte: Simula (2005)